

POLÍTICAS PÚBLICAS

E GESTÃO CIDADÃ

Janeiro de 2026 • Nº 01

GESTÃO PÚBLICA COM PROPÓSITO



O jeito Podemos
de governar

ENTREVISTA JOÃO LUCAS

Formação, integridade e inovação:
os pilares da nova política



ENTREVISTA RENATA ABREU

O Podemos e o novo papel da
política na vida do cidadão



Fundação Podemos te conecta com o mundo

Cursos 100% grátis com
direito a certificado

Confira:



fundação
podemos
educação



SPRING MEETING

2023 | WASHINGTON, DC
WORLD BANK
INTERNATIONAL MONETARY FUND

O FUTURO NÃO SE IMPROVISA

A política brasileira vive uma encruzilhada histórica. De um lado, enfrentamos o desgaste da confiança institucional e a polarização que empobrece o debate; do outro, temos a urgência de resolver problemas complexos que não aceitam mais respostas rasas ou de curto prazo. É neste cenário que apresentamos a Revista Políticas Públicas: não apenas como um veículo de informação, mas como uma plataforma de transformação baseada em método, técnica e propósito.

Nesta edição inaugural, convidamos o leitor a romper com a visão da burocracia tradicional. Defendemos que a administração pública do século XXI exige um novo pacto — um “Jeito Podemos de Governar” que se sustenta na integridade ética, na formação contínua de lideranças e na inovação responsável. Acreditamos que o Brasil precisa sair do ciclo do imprevisto para construir caminhos institucionais que funcionem agora e nas próximas décadas.

Ao longo destas páginas, você descobrirá que a gestão do futuro já começou. Ela se manifesta na “solidariedade federativa” e na gestão em rede dos consórcios públicos, provando que a cooperação entre municípios é essencial para superar o isolamento administrativo e ganhar escala. Ela está presente no uso estratégico da Inteligência Artificial e dos dados, ferramentas que, quando centradas no humano, tornam o gasto público mais eficiente e permitem políticas personalizadas e territorializadas. Ela pulsa nas 10 cidades inspiradoras mapeadas nesta edição — de Niterói a Maringá —, onde o planejamento e a transparência geram resultados reais.

Contudo, a tecnologia e a técnica não são fins em si mesmos. O fio condutor de nossa linha editorial é o resgate da confiança. A política deve voltar a ser um instrumento de diálogo e serviço, onde governar significa ouvir, cocriar e prestar contas. Colocar o cidadão no centro das decisões não é um slogan abstrato; é transformar o serviço público em experiência, respeito e dignidade no dia a dia.

Esta publicação é um convite à cidadania ativa e à participação qualificada. O Brasil que queremos — eficiente, humano e inovador — não será construído por espectadores, mas por quem tem coragem de se qualificar e agir.

Boa leitura.

Carla Lisboa, Editora-Chefe

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO CIDADÃ

FUNDAÇÃO JUNTOS PODEMOS

Presidente

João Lucas

Coordenador de Comunicação

Erick Sá

Produção Editorial

Francisco Alves de Amorim

Projeto Gráfico e Diagramação

Elton Mark

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores. São reservados os direitos inclusive os de tradução. É permitida a citação das matérias, desde que identificada a fonte.

A revista Políticas Públicas e Gestão Cidadã é uma publicação da Fundação Podemos com a colaboração da Associação Brasileira de Educação - ABRAE

São Paulo: R. Fernandes Moreira,
507 – Chácara Santo Antônio,
São Paulo – SP, 04716-001

Brasília: SRTVS 701 Conj. D
Edifício Centro Empresarial Brasília
701 – Bloco B Sala 609 Asa Sul
-Brasília – DF 70340-907





10 INOVAÇÃO NA POLÍTICA

“Jeito Podemos de Legislar” une participação popular e rigor técnico para transformar municípios

06 ENTREVISTA

JOÃO LUCAS

Formação, integridade e inovação: os pilares da nova política

14 ARTIGO

RENATA ABREU

Gestão Pública com propósito: um novo pacto entre a política e o cidadão

16 GESTÃO DO FUTURO

As 10 cidades que inspiram o futuro da gestão pública no Brasil

22 ARTIGO

JOÃO LUCAS

Formar para transformar: a Fundação Podemos e o novo ciclo da cidadania ativa

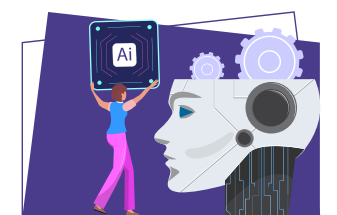
24 ENTREVISTA

RENATA ABREU

O Podemos e o novo papel da política na vida do cidadão

28 TECNOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Inteligência artificial a serviço da gestão pública



31 ARTIGO

CARLA LISBOA

O cidadão como centro da política pública: o futuro que já começou

32 CONSÓRCIOS MUNICIPAIS

Parcerias, consórcios e cooperação: a nova face da gestão pública

38 ARTIGO

GUILHERME VICENTE DE MORAIS

Comunicação pública e confiança social

40 CURSOS E EVENTOS

Conexões globais para a inovação pública





Formação, integridade e inovação: os pilares da nova política

João Lucas fala sobre o papel da instituição na qualificação da política brasileira, os avanços em tecnologia e formação de lideranças e a visão de longo prazo para um Brasil mais preparado e eficiente

PERFIL

João Lucas é Presidente da Fundação Juntos Podemos

1. A Fundação Juntos Podemos tem crescido rapidamente e ampliado sua presença nacional. Como o senhor define o papel da Fundação hoje no cenário político brasileiro?

JOÃO LUCAS: A Fundação Juntos Podemos ocupa hoje um espaço muito claro: o de qualificar a política brasileira com método, técnica e visão de futuro. Não somos um espaço de retórica, nem de improviso. Somos um ambiente de formação, pesquisa, produção legislativa e inovação pública.

Nosso papel é ajudar o Brasil a sair do ciclo do curto prazo, da política reativa e do debate raso. Trabalhamos para oferecer soluções concretas, formar lideranças preparadas e construir caminhos institucionais que funcionem

agora e também daqui a dez, vinte anos. A Fundação tem, sim, uma visão de Brasil para o presente e para o futuro.

2. Quais são hoje os principais programas e projetos que estruturam a atuação da Fundação?

A Fundação foi desenhada como um ecossistema integrado, onde tudo conversa entre si. Na área de formação, temos programas consolidados como o Geração Podemos, que prepara jovens líderes em todo o país, e a Faculdade Podemos, com a graduação em Gestão Pública, conectando teoria, prática e inovação.

Na capacitação política e eleitoral, a Oficina da Vitória se tornou o maior programa do gênero no Brasil, formando pré-candidatos, candidatos e equipes com base legal, estratégica e técnica. Isso muda a qualidade da política desde a origem.

No campo técnico e legislativo, o Jeito Podemos de Legislar é um dos nossos maiores orgulhos. Ele transforma boas ideias em projetos de lei consistentes, constitucionais e aplicáveis, ajudando municípios e gestores a inovar sem improviso. É um projeto que já impacta diretamente a vida das pessoas.

Também investimos fortemente em produção de conhecimento, com a RePODE, nossa revista acadêmica, e com conteúdos educativos em larga escala,





como nossos programas no YouTube e o podcast PodeMais. Educação política de qualidade precisa ser acessível.

3. A Fundação também tem apostado fortemente em tecnologia e inovação. Como isso se conecta à visão de país que vocês defendem?

JOÃO LUCAS: A tecnologia já organiza a vida pública, o trabalho, a economia e a democracia. Ignorar isso seria irresponsável. Mas tratar tecnologia como moda ou fetiche também é um erro. A nossa abordagem é clara: tecnologia com responsabilidade, ética e impacto social.

Por isso criamos iniciativas como a Sala de Tecnologia e Inteligência Artificial, promovemos o Seminário Nacional de IA e produzimos estudos que ajudam o Parlamento e os gestores públicos a lidar com temas como inteligência artificial, dados, plataformas digitais e blockchain.

O Brasil precisa regular, inovar e usar tecnologia para melhorar serviços públicos, ampliar participação cidadã e fortalecer a democracia. Nossa contribuição é técnica, comparada e conectada às melhores práticas internacionais.

4. Falando em cenário internacional, qual a importância das missões realizadas pela Fundação fora do Brasil?

JOÃO LUCAS: As Missões Salamanca e Barcelona, além da participação no Fórum de Lisboa, fazem parte de um movimento estratégico de internacionalização responsável. Não fomos buscar símbolos. Fomos buscar conteúdo, método e referências concretas.

Em Salamanca, mergulhamos na relação entre democracia, inteligência artificial e governança. Em Barcelona, vimos na prática como cidades inteligentes funcionam quando tecnologia, sustentabilidade





Nosso papel é ajudar o Brasil a sair do ciclo do curto prazo e construir caminhos institucionais que funcionem agora e também daqui a dez, vinte anos.



e gestão caminham juntas. O que aprendemos lá já está sendo aplicado aqui, em projetos, estudos e políticas públicas.

A lógica é simples: o Brasil não precisa reinventar tudo sozinho. Precisa aprender, adaptar e executar com qualidade.

5. Quais são os compromissos que a Fundação considera inegociáveis neste momento histórico?

JOÃO LUCAS: Temos compromissos muito claros. O primeiro é com a integridade e a governança. Não existe política transformadora sem instituições que deem exemplo. Por isso investimos em programas de integridade, códigos de ética, transparência ativa e gestão responsável.

O segundo é com a formação de pessoas. Não há atalho. Sem líderes preparados, o país repete erros. Trabalhamos para formar cidadãos, gestores e parlamentares capazes de tomar decisões complexas com responsabilidade.

O terceiro compromisso é com a ação imediata. Existem quadros críticos no Brasil que precisam de respostas agora. Nosso trabalho não é apenas pensar o futuro, mas ajudar a reverter problemas reais no presente, com soluções aplicáveis e políticas públicas bem desenhadas.

6. E olhando para frente, quais são os próximos passos da Fundação Juntos Podemos?

JOÃO LUCAS: O futuro da Fundação passa por aprofundar impacto. Vamos expandir nossos programas de formação, ampliar a produção legislativa do Jeito Podemos de Legislar, fortalecer nossa atuação em tecnologia e consolidar ainda mais nossa presença institucional no Brasil e no exterior.

Queremos que o Jeito Podemos de governar e de legislar seja reconhecido como sinônimo de política responsável, moderna, humana e eficiente. Não como um discurso, mas como uma prática visível nos municípios, nos parlamentos e na vida das pessoas.

7. Para concluir, que mensagem o senhor deixaria para quem acompanha o trabalho da Fundação?

JOÃO LUCAS: A Fundação Juntos Podemos é um convite permanente à participação qualificada. Aqui, ninguém é espectador. Todos podem ser protagonistas.

O Brasil que queremos não se constrói com improviso nem com atalhos. Ele se constrói com formação, integridade, inovação e coragem para fazer diferente. É isso que estamos fazendo hoje, e é isso que seguirá guiando nosso trabalho amanhã. ■



O jeito Podemos de legislar

Iniciativa da Fundação Juntos Podemos oferece repositório de leis prontas para uso, capacitação técnica para novos líderes e canal direto para o cidadão transformar demandas locais em normas oficiais



Partindo da premissa fundamental de que a política muda a vida das pessoas e impacta diretamente a qualidade de vida nos municípios e estados, a Fundação Juntos Podemos apresenta ao Brasil uma ferramenta inovadora: o Jeito Podemos de Legislar. O projeto nasce com a missão de unir conhecimento, inovação e compromisso cívico para modernizar a atuação parlamentar, oferecendo um caminho claro para que demandas sociais se transformem em leis efetivas.

A iniciativa busca resolver um gargalo histórico na política nacional: a distância entre a vontade do eleitor e a capacidade técnica de transformar essa vontade em norma jurídica. Para isso, a Fundação estruturou um ecossistema que envolve desde a captação de ideias populares até a entrega de textos legislativos prontos para serem protocolados nas câmaras municipais.

UM REPOSITÓRIO VIVO DE SOLUÇÕES

O coração do projeto é um repositório digital de projetos de lei, acessível a parlamentares e lideranças. Diferente de bancos de dados estáticos, este acervo é composto por propostas inspiradas em causas reais e demandas que já foram testadas nas urnas, possuindo impacto comprovado em diversas regiões do país.

No entanto, o grande diferencial do “Jeito Podemos de Legislar” é que ele não é um sistema fechado. A plataforma funciona como uma via de mão dupla, crescendo com a participação direta da sociedade. Qualquer cidadão pode enviar sugestões, ideias ou relatar problemas específicos de seu município que deseja ver solucionados.

Uma equipe técnica da Fundação avalia essas sugestões populares e as converte em projetos de lei sólidos e estruturados. Uma vez formatados, esses textos passam a compor o repositório, ficando disponíveis para download e uso imediato por vereadores e prefeitos. O objetivo é claro: entregar soluções reais e transformar causas abstratas em conquistas legislativas palpáveis.

O ecossistema “Juntos Podemos”

Confira os quatro pilares que sustentam a iniciativa:

- **Repositório Legislativo:** Banco de projetos de lei prontos para download, baseados em causas reais e tecnicamente validados.
- **Canal do Cidadão:** Espaço aberto para a população enviar problemas locais que a equipe técnica transforma em minutas de lei.
- **Escola de Líderes:** Cursos gratuitos como “Novos Mandatários” e “Mulheres que Podem Mais”, focados em gestão, direito e comunicação.
- **Centro de Estudos:** Produção de pesquisas científicas sobre temas estratégicos (Segurança, Economia Criativa, Estatais) para embasar decisões políticas

EDUCAÇÃO: DESVENDANDO O LABIRINTO DE BRASÍLIA

Além de fornecer o “produto final” (a lei), o projeto investe pesadamente na educação política, desmistificando o complexo rito legislativo brasileiro. A Fundação entende que compreender o caminho de uma lei é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

O conteúdo educativo do projeto explica detalhadamente como funciona o sistema bicameral do Congresso Nacional — dividido entre a Câmara dos Deputados (representantes do povo) e o Senado Federal (representantes dos estados). O material didático cobre desde as funções básicas do parlamentar (legislativa, fiscalizadora e representativa) até as fases técnicas da criação de uma norma: iniciativa, fase constitutiva (comissões e plenário) e fase complementar (sanção ou veto presidencial).



Transformando ideias em conquistas

O ecossistema



Colaboração cidadã aberta

Qualquer cidadão pode enviar sugestões de problemas locais para serem convertidos em projetos sólidos.



Metodologia especializada

Uma equipe técnica avalia e refina as ideias antes de comporem o repositório oficial.



Repositório de leis prontas

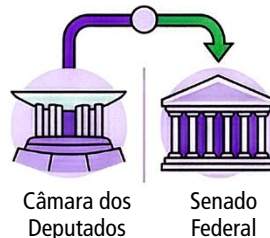
Acesso a projetos testados nas urnas, prontos para serem protocolados nas Câmaras Municipais.

A Jornada de uma lei no Brasil



Iniciativa e filtro técnico

Projetos nascem de parlamentares ou cidadãos e passam pela CC3 para validar a constitucionalidade.



Votação bicameral e revisão



Sanção e publicação

O chefe do Executivo decide pela sanção ou veto antes da publicação oficial.

Comparação de Quórum

1

Lei Ordinária



Maioria dos Presentes

Simplicidade na votação

2

Lei Complementar

Maioria Absoluta
257 Deputados e
41 Senadores


Ideia transformada em lei vigente!

Ao explicar conceitos como o papel da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a diferença entre leis ordinárias e complementares, a iniciativa capacita novos mandatários a navegar com segurança pelos corredores do poder, seja em Brasília ou nas Câmaras Municipais, onde o processo segue o princípio da simetria constitucional.

DNA INQUIETO: A FORMAÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS

Para sustentar essa renovação, a Fundação Juntos Podemos aposta na capacitação de capital humano. Com um “DNA jovem e inquieto”, a instituição busca criar novas lideranças políticas alinhadas com o pensamento social moderno.



O JEITO PODEMOS DE LEGISLAR:

É uma iniciativa da Fundação Juntos Podemos que transforma boas ideias em leis que melhoram a vida das pessoas. Inspirado nas causas que unem o Podemos em todo o Brasil, o projeto combina conhecimento técnico, inovação política e participação cidadã para criar um repositório legislativo moderno, acessível, alinhado aos nossos valores e que já possui mais de 70 projetos de lei prontos para protocolar.

Saiba mais em: <https://fundacaopodemos.org.br/>

A oferta de cursos é vasta e gratuita, focada em áreas cruciais como Direito Público, Gestão Pública, Tecnologia, Comunicação e Estratégia Eleitoral. Entre os destaques da grade curricular estão os programas “Novos Mandatários” e “Mulheres que Podem Mais”, desenhados para inspirar pessoas e cocriar ações acessíveis a todos os brasileiros. A filosofia da Fundação prega que “o caminho é mais importante que a velocidade”, priorizando a construção sólida de conhecimento em vez de resultados a qualquer custo.

CIÊNCIA E DADOS ORIENTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Para garantir que as leis propostas tenham embasamento, a Diretoria de Pesquisa da Fundação realiza estudos regulares com elevados critérios científicos. O objetivo é subsidiar mandatários e filiados com dados qualificados sobre temas contemporâneos e complexos.

Recentemente, a fundação promoveu diálogos qualificados sobre Segurança Pública, trazendo especialistas como Arismar Araújo de Lima (Dr. Araújo), ex-prefeito e policial com 30 anos de carreira, para debater a letalidade policial e o uso de tecnologias no combate à criminalidade.

Além da segurança, o leque de pesquisas abrange temas diversos que impactam a economia e a cultura, incluindo:

- O retrato recente das empresas estatais brasileiras;
- **A indústria dos videogames:** analisando memória social, cultura e a economia do entretenimento;
- **Sociologia e Desigualdade:** estudos baseados em Pierre Bourdieu sobre os mecanismos ocultos por trás do mérito.

Essa produção intelectual serve para orientar a atividade legislativa, garantindo que as políticas públicas formuladas pelo partido e seus parceiros sejam eficientes e baseadas em evidências. ■



Gestão Pública com propósito: um novo pacto entre a política e o cidadão

A política precisa voltar a tocar as pessoas. Precisa voltar a fazer sentido no cotidiano de quem trabalha, empreende, cuida da família e depende de serviços públicos que funcionem. Política não pode ser um espaço distante, fechado em si mesmo. Ela existe para servir. E servir bem.

Quando falamos em gestão pública com propósito, falamos de um novo pacto. Um pacto baseado em confiança, responsabilidade e diálogo permanente entre quem governa e quem é governado. Um pacto que coloca o cidadão no centro das decisões e devolve à política a sua verdadeira razão de existir. Esse é o Jeito Podemos de Governar.

A POLÍTICA COMO INSTRUMENTO DE DIÁLOGO

Por muito tempo, a política se afastou da sociedade. Criou barreiras, linguagens inacessíveis e decisões que não conversavam com a vida real. O resultado foi o distanciamento, a descrença e a sensação de que o Estado se tornou um fim em si mesmo.

Nós acreditamos no caminho inverso. A política precisa ouvir. Precisa explicar. Precisa prestar contas. Precisa estar próxima, acessível e comprometida.

Governar é, antes de tudo, dialogar. É compreender as demandas reais das pessoas, traduzir essas necessidades em políticas públicas eficientes e acompanhar cada etapa da execução. Gestão pública

não é apenas administrar recursos. É administrar expectativas, prioridades e responsabilidades com seriedade e sensibilidade. É entender que cada decisão impacta vidas.

ÉTICA COMO VALOR INEGOCIÁVEL

Nenhuma gestão pública se sustenta sem ética. A ética é o ponto de partida de qualquer projeto sério de governo. Não como discurso, mas como prática diária. Como método. Como compromisso permanente.

No Jeito Podemos de Governar, a ética não é acessória. Ela é fundamento. É o que garante confiança, estabilidade institucional e respeito ao dinheiro público. É o que diferencia quem governa para servir de quem governa para se servir.

Sem ética, a política perde sua legitimidade. Sem ética, o cidadão perde a esperança. E nós não podemos permitir que isso aconteça.

EFICIÊNCIA QUE RESPEITA O CIDADÃO

O cidadão não espera discursos intermináveis. Ele espera soluções. Espera serviços públicos que funcionem. Espera políticas que saiam do papel e cheguem onde são necessárias.

Eficiência, para nós, é respeito. Respeito ao tempo de quem espera atendimento. Respeito ao recurso público que precisa ser bem aplicado. Respeito à dignidade de quem depende do Estado.

“Gestão pública com propósito não é uma ideia abstrata. É um compromisso com o presente e com o futuro do país.”

Ser eficiente não é cortar direitos. É planejar melhor. É definir prioridades. É estabelecer metas claras e acompanhar resultados. É garantir que cada real investido gere valor público e impacto positivo na vida das pessoas.

INOVAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA REAL

Inovar no setor público é uma necessidade do nosso tempo. Mas inovação sem propósito não transforma. O que transforma é usar a tecnologia, os dados e a inteligência da gestão pública para simplificar a vida do cidadão, reduzir burocracias e ampliar o acesso aos serviços.

O Jeito Podemos de Governar defende uma inovação responsável, humana e orientada a resultados. Uma inovação que fortaleça a participação social, melhore a qualidade das políticas públicas e aproxime o Estado de quem mais precisa dele.

Tecnologia não substitui pessoas. Ela potencializa o cuidado, a eficiência e a capacidade de governar melhor.

RESULTADOS QUE DEVOLVEM CONFIANÇA

No fim, tudo se resume a uma pergunta essencial: isso melhorou a vida das pessoas?

Governar é assumir a responsabilidade pelos resultados. Resultados claros, concretos e verificáveis. Não números vazios, mas impactos reais na saúde, na educação, na segurança, na mobilidade e nas oportunidades.

A política só reconstrói sua credibilidade quando entrega. Quando funciona. Quando respeita.

UM NOVO PACTO É POSSÍVEL

Acreditamos que é possível governar de outra forma. Com ética, eficiência e inovação. Com diálogo, planejamento e sensibilidade social. Com firmeza nas decisões e humanidade na condução.

Gestão pública com propósito não é uma ideia abstrata. É um compromisso com o presente e com o futuro do país.

A política precisa voltar a ser aquilo que ela nasceu para ser: um instrumento legítimo de transformação, serviço e cidadania.

E é assim que escolhemos governar. ■

Renata Abreu – deputada federal
e presidente nacional do
Podemos





As 10 cidades que inspiram o futuro da gestão pública no Brasil

Ranking nacional das melhores práticas municipais em inovação, cidadania, sustentabilidade e eficiência administrativa



■ Por Francisco Amorim

Em meio aos desafios da administração pública brasileira — restrições fiscais, burocracia, desigualdade social e crise de confiança nas instituições —, há municípios que estão reinventando o modo de governar.

Com criatividade, planejamento e tecnologia, essas cidades mostram que é possível transformar a vida da população mesmo em contextos adversos.

A equipe editorial desta reportagem analisou experiências em inovação, cidadania, sustentabilidade e eficiência administrativa em dezenas de municípios brasileiros, a partir de indicadores públicos (IPEA, IBGE, TCU, CNM, ONU-Habitat, GovTech Index CAF 2023) e entrevistas com gestores, pesquisadores e cidadãos.

O resultado é o Ranking das 10 Cidades que Inspiram o Futuro da Gestão Pública no Brasil — um retrato das boas práticas locais que estão desenhando o futuro do país, de baixo para cima, com políticas públicas que unem ética, técnica e propósito.

Como observa Bo Rothstein (2011), “a qualidade de um governo depende da confiança que desperta em seus cidadãos”. Essas cidades provaram que é possível governar com confiança, transparência e inovação.

OS CRITÉRIOS DO RANKING

A avaliação considerou quatro eixos estratégicos:

- **Inovação e tecnologia pública** — iniciativas digitais, uso de dados, GovTech, modernização administrativa e participação via plataformas;
- **Cidadania e inclusão social** — programas de participação, igualdade de gênero, educação cidadã e escuta comunitária;
- **Sustentabilidade e meio ambiente** — políticas de economia verde, mobilidade sustentável, saneamento e gestão de resíduos;
- **Eficiência administrativa e governança** — gestão fiscal responsável, digitalização de serviços e indicadores de desempenho.

Cada cidade foi analisada com base em evidências concretas, entrevistas e reconhecimentos nacionais ou internacionais.

AS 10 CIDADES QUE INSPIRAM O FUTURO DA GESTÃO PÚBLICA

NITERÓI (RJ)

• O laboratório vivo da governança moderna

Niterói é hoje referência nacional em planejamento, inovação e transparência. Desde 2013, o município adotou um modelo de gestão baseado em metas, monitoramento e resultados.

O Plano Niterói Que Queremos 2033 orienta políticas de longo prazo e integra mais de 80 indicadores socioeconômicos.

O Escritório de Gestão de Projetos (EGP) acompanha, em tempo real, a execução de obras e programas, e a plataforma digital Painel de





Metas permite que qualquer cidadão visualize os avanços da cidade.

Niterói também criou o Laboratório de Inovação em Governo (LabNit), voltado à experimentação de soluções GovTech e ao engajamento de servidores e cidadãos.

Em 2024, a cidade foi reconhecida pela ONU-Habitat como uma das 10 experiências urbanas mais inovadoras da América Latina.

Com forte investimento em cultura, mobilidade e educação ambiental, Niterói é hoje símbolo de gestão com planejamento e transparência.



FORTALEZA (CE)

- **Inovação e inclusão social na prática**

Fortaleza vem se destacando como cidade inteligente e socialmente inclusiva. O município implantou o Observatório de Fortaleza, uma plataforma de dados abertos que orienta políticas públicas em tempo real.

Com o programa Fortaleza 2040, a cidade construiu um plano participativo de longo prazo que integra mobilidade, meio ambiente, economia criativa e governança.

Outro destaque é o Programa de Inovação e Transformação Digital, que modernizou 300 serviços públicos e criou o aplicativo “Fortaleza Digital”, facilitando o acesso a informações e agendamentos.

Na área social, o Programa Mulher Empreendedora e o Orçamento Participativo das Periferias são exemplos de como a cidadania digital pode gerar inclusão e renda.

Fortaleza é um exemplo de gestão que combina tecnologia com justiça social — um modelo de cidade inteligente centrado nas pessoas.



SANTOS (SP)

- **O modelo de eficiência administrativa e serviços digitais**

Santos é reconhecida como campeã em eficiência administrativa. Segundo o Índice de Governança Municipal (IGM-CFA, 2023), a cidade ocupa o 1º lugar entre os municípios de médio porte em qualidade de gestão e planejamento.

Com o Portal de Serviços Digitais, o cidadão pode resolver mais de 700 demandas on-line.

O município também implantou o Programa Santos Inteligente, com foco em interoperabilidade de dados e Internet das Coisas (IoT).

A gestão fiscal é outro destaque: Santos apresenta um dos melhores índices de responsabilidade e transparência do país, conforme o Tesouro Nacional.

Aliada à inovação tecnológica, a política de valorização do servidor público e a modernização dos processos fizeram de Santos um caso exemplar de governança eficiente e sustentável.

RECIFE (PE)

- **A capital da cidadania digital e da inovação social**

Recife se transformou em referência nordestina em inovação pública e cidadania digital. Com o programa Recife 500 Anos, a cidade desenvolve políticas voltadas à sustentabilidade, inclusão e governança inteligente.

O Porto Digital, maior parque tecnológico do Nordeste, abriga mais de 350 empresas e tem sido parceiro da prefeitura em projetos de governo digital e participação cidadã.

Recife criou o Lab PE — laboratório de inovação pública — e o Portal Cidadão Conectado, que facilita o acesso a serviços e consultas públicas.

Na dimensão social, a cidade implementou programas de tecnologia nas escolas públicas, hubs de inovação comunitária e ações de alfabetização digital.

Recife é exemplo de cidade que democratiza o acesso à tecnologia e transforma inovação em inclusão.



CURITIBA (PR)

- **A cidade-ponte entre tradição e futuro**

Curitiba consolidou-se como capital da inovação urbana. Reconhecida mundialmente pelo

urbanismo sustentável e pelo transporte integrado, a cidade agora avança na fronteira digital.

O Vale do Pinhão, ecossistema de inovação coordenado pela prefeitura, reúne universidades, startups e órgãos públicos para criar soluções em mobilidade, energia limpa e gestão de dados.

A prefeitura opera com base em indicadores de desempenho (Balanced Scorecard) e aplica metodologias ágeis no planejamento.

Em 2024, lançou o programa Curitiba Inteligente, que usa IA e análise de dados para otimizar rotas de ônibus e o consumo energético de prédios públicos.

A cidade tornou-se exemplo de integração entre planejamento urbano e transformação digital, mantendo o espírito inovador que a projetou no mapa mundial desde os anos 1970.



BLUMENAU (SC)

- **Eficiência, digitalização e gestão de resultados**

Com forte tradição em planejamento e gestão fiscal, Blumenau tornou-se referência em eficiência e digitalização. A cidade implantou o Programa de Gestão por Resultados (GPR), que monitora indicadores de desempenho em todas as secretarias.

A plataforma BluMob integra transporte público, mobilidade e meio ambiente, oferecendo dados abertos e soluções em tempo real para cidadãos. Na área de tecnologia, o Centro de Inovação Carlos Moacyr Pettersen e o BluTec reúnem startups, universidades e setor público em torno da agenda GovTech.

Blumenau também é destaque nacional em transparência fiscal e digitalização de processos administrativos. Com gestão responsável e foco em inovação, a cidade comprova que eficiência é, também, uma forma de justiça social.



FLORIANÓPOLIS (SC)

- **Capital digital e colaborativa**

Florianópolis combina qualidade de vida, inovação e transparência. O Floripa Conecta integra prefeitura, startups e universidades, fortalecendo o ecossistema tecnológico da região.

A cidade é sede do Centre for Digital Transformation, em parceria com a UFSC, que desenvolve soluções de IA e dados para gestão pública.

Na área ambiental, o Programa Floripa Sustentável aplica tecnologias de monitoramento para gestão de praias e resíduos.

Florianópolis também criou o Painel de Transparência Cidadã, ferramenta premiada pela CGU por facilitar o acesso aos gastos públicos e projetos municipais. O município é modelo de governança colaborativa e inovação digital com impacto real na vida urbana.



SOROCABA (SP)

- **Sustentabilidade e indústria 4.0 no interior paulista**

Sorocaba vem consolidando uma governança sustentável de padrão internacional. Com o programa Sorocaba 360º, a prefeitura integra dados de mobilidade, meio ambiente, saúde e segurança em uma única plataforma. A cidade também investe fortemente na economia verde:



MARINGÁ (PR)

- **Cidadania, planejamento e qualidade de vida**

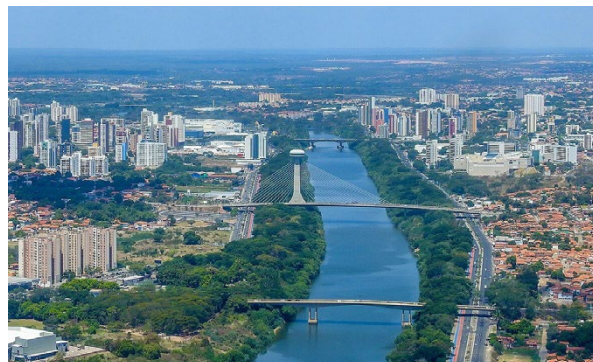
Maringá é uma das cidades mais bem planejadas do Brasil e figura entre as mais bem avaliadas no Ranking de Competitividade dos Municípios (CLP, 2023). A cidade aposta em governança participativa e planejamento urbano inteligente.

O Plano Maringá 2047 envolve sociedade civil, universidades e setor produtivo em metas de desenvolvimento sustentável.

Na área social, o Programa Maringá + Verde ampliou áreas de preservação e incentiva hortas comunitárias e agricultura urbana.

A digitalização de serviços e a gestão por indicadores fizeram de Maringá um exemplo de cidade média com padrões de governança de capital.

a Usina Solar Municipal e o Parque Tecnológico de Sorocaba são modelos de integração entre inovação e sustentabilidade. Sorocaba foi pioneira na criação de corredores ecológicos urbanos e no uso de IA para gestão do tráfego e iluminação pública inteligente. Com uma das administrações mais equilibradas financeiramente do Estado, Sorocaba demonstra que eficiência fiscal e sustentabilidade ambiental podem caminhar juntas.



Alexandro Dias/Wikimedia Commons

TERESINA (PI)

- **O Nordeste que inova com propósito**

Teresina encerra o ranking como símbolo de inovação com foco social. A cidade implementou o Programa Teresina 2030, integrando planejamento urbano e sustentabilidade.

Com o Observatório de Políticas Públicas e Inovação, a prefeitura monitora indicadores em tempo real e utiliza dados para priorizar investimentos.

Na educação, o Projeto EducaTeresina usa plataformas digitais para melhorar a gestão pedagógica e o desempenho estudantil. O município também é referência em energia solar e mobilidade sustentável, com incentivos à frota elétrica e ampliação das ciclovias.

Com transparência, dados e empatia, Teresina mostra que a inovação pública é possível mesmo fora dos grandes centros — quando há visão, planejamento e propósito.

UM NOVO MAPA DA GOVERNANÇA MUNICIPAL

As cidades que integram o ranking representam um Brasil que pensa o futuro com planejamento e propósito.

São gestões que investem em dados, tecnologia e pessoas — e que demonstram que governar bem é um ato de inteligência e sensibilidade.

Essas redes funcionam como plataformas de aprendizagem coletiva, onde as boas práticas circulam, são adaptadas e ganham escala. Elas provam que a inovação pública não é privilégio das capitais: é uma atitude — um modo de servir e pensar o coletivo. ■



Formar para transformar: a Fundação Podemos e o novo ciclo da cidadania ativa

Vivemos um tempo em que a política voltou a ocupar o centro da vida cotidiana, não apenas nos períodos eleitorais, mas no trabalho, na escola, na cidade e na forma como nos informamos, participamos e decidimos coletivamente. Esse movimento impõe um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade histórica: ou qualificamos a participação cidadã, ou aceitaremos que o ruído substitua o debate e o improvisado ocupe o lugar da boa gestão.

A Fundação Juntos Podemos nasceu exatamente para enfrentar esse dilema. Não como um espaço de retórica, mas como um hub de formação, pesquisa e produção de soluções públicas, orientado por método, evidência e compromisso com resultados reais. Acreditamos que a política só faz sentido quando está a serviço da sociedade, e isso exige preparo técnico, integridade institucional e abertura permanente ao diálogo.

Nos últimos anos, consolidamos um ecossistema que integra educação, ciência, cultura, tecnologia, participação cidadã e qualificação política. Nada é isolado. Cada programa conversa com o outro porque formar pessoas é um processo contínuo: começa no repertório, passa pela prática e se realiza no impacto.

Na formação, investimos em caminhos diversos e complementares. O Geração Podemos prepara jovens líderes em todo o país para o protagonismo responsável. A Faculdade Podemos oferece graduação em Gestão Pública, conectando teoria e prática com foco em ética, inovação e entrega de resultados. A Oficina da Vitória, presente em dezenas de estados,

tornou-se a maior plataforma de capacitação eleitoral do Brasil, profissionalizando campanhas e qualificando mandatos desde a origem. Nossos cursos e conteúdos abertos ampliam o acesso à educação política de qualidade.

Na produção técnica, damos um passo além do debate. O Jeito Podemos de Legislar transforma boas ideias em leis consistentes, constitucionais e aplicáveis, com um repositório robusto e eixos temáticos conectados aos desafios do nosso tempo. A RePODE, nossa revista acadêmica, fortalece a pesquisa e a reflexão com rigor e pluralidade. Produzimos conhecimento para ser usado, não para ficar restrito à teoria.

Na internacionalização, buscamos referências onde elas estão. As Missões Salamanca e Barcelona conectaram lideranças brasileiras às melhores práticas globais em democracia digital, inteligência artificial, cidades inteligentes, governança e inovação urbana. O Fórum de Lisboa ampliou nosso diálogo internacional. O objetivo nunca foi apenas estar presente fora do país, mas trazer para o Brasil experiências capazes de se transformar em políticas, projetos e decisões que melhorem a vida das pessoas.

Na agenda do futuro, tratamos tecnologia com responsabilidade. Inteligência artificial, dados, plataformas digitais e blockchain não são promessas abstratas; são realidades que já impactam trabalho, direitos, serviços públicos e democracia. Por isso, investimos em pesquisa aplicada, criamos a Sala de Tecnologia e Inteligência Artificial, promovemos o Seminário Nacional de Inteligência Artificial e



contribuímos para o debate regulatório com base ética, comparada e institucional. Tecnologia só cumpre seu papel quando serve às pessoas.

Tudo isso é sustentado por um pilar inegociável: governança, integridade e transparência. Implementamos programas de integridade, códigos de ética, procedimentos operacionais, controle patrimonial e avançamos na transparência ativa. Não se trata de cumprir formalidades, mas de dar o exemplo. A política recupera credibilidade quando as instituições são coerentes entre discurso e prática.

Os resultados começam a aparecer. Nossa presença digital cresceu com consistência porque escolhemos educar antes de engajar. Tornamo-nos referência entre as fundações partidárias porque mantivemos foco, método e propósito.

“ Formar para transformar não é um slogan, é um compromisso diário. ”

Mais importante do que números, ampliamos o acesso ao conhecimento e fortalecemos uma cultura de participação qualificada.

Este é o novo ciclo da cidadania ativa que defendemos. Um ciclo em que o cidadão não é espectador,

mas protagonista; em que o gestor decide com dados; em que o legislador atua com técnica; em que a juventude encontra caminhos; e em que a tecnologia é aliada da democracia. Formar para transformar não é um slogan, é um compromisso diário.

A Fundação Juntos Podemos seguirá de portas abertas. O futuro não se improvisa. Ele se constrói. Juntos. ■

João Lucas – Presidente da Fundação Juntos Podemos



O Podemos e o novo papel da política na vida do cidadão

Renata Abreu defende uma política voltada ao diálogo, à eficiência e à formação de novas lideranças, para resgatar a confiança do cidadão e fortalecer a democracia brasileira

PERFIL

Renata Abreu é deputada federal e presidente nacional do Podemos

1. A política vive um momento de grande desgaste junto à população. Na sua avaliação, o que precisa mudar para que ela volte a fazer sentido na vida do cidadão?

RENATA ABREU: A política precisa voltar a cumprir a sua função essencial, que é servir às pessoas. O Brasil é hoje uma das maiores democracias do mundo, com mais de 156 milhões de eleitores, mas também é um país onde grande parte da população se sente distante das decisões públicas. Isso não acontece por acaso. A

política, durante muito tempo, se fechou em disputas internas e se afastou da vida real.

O que precisa mudar é a lógica. A política não pode ser um fim em si mesma. Ela precisa ser um instrumento permanente de diálogo entre a gestão pública e o cidadão. Quando o Estado escuta, planeja, executa e presta contas, a confiança começa a ser reconstruída. E sem confiança, nenhuma democracia se sustenta.

2. O Brasil vive um cenário de forte polarização política. Qual é a posição do Podemos diante disso?

RENATA ABREU: Nós somos claramente contrários à polarização. Ela empobrece o debate público, paralisa soluções e transforma divergências legítimas em conflitos permanentes. O Brasil não precisa de mais radicalização. Precisa de mais responsabilidade.

A polarização cria dois efeitos muito graves. O primeiro é afastar quem quer contribuir de forma construtiva. O segundo é reduzir a política a uma disputa emocional, quando ela deveria ser um espaço de solução de problemas concretos.





O Podemos acredita que é possível ter posições firmes sem ser extremista. É possível defender valores, projetos e reformas sem transformar o outro em inimigo. Nosso compromisso é com o Brasil real, não com narrativas que dividem o país.

3. Como o Podemos se posiciona hoje no cenário político nacional?

RENATA ABREU: O Podemos é um partido com presença nacional, representação no Congresso Nacional, nos estados e nos municípios, e com uma identidade muito clara. Defendemos ética, eficiência, participação cidadã e resultados concretos para a população.

No Congresso, o partido tem atuado de forma responsável em pautas estruturantes do país. Participamos ativamente dos debates sobre reformas, responsabilidade

fiscal, fortalecimento da democracia e aprimoramento das políticas públicas. Sempre com independência, sempre olhando para o impacto das decisões na vida das pessoas.

Não somos um partido de oposição automática, nem de apoio incondicional. Somos um partido de posição. Avaliamos cada proposta com base em dados, impactos e coerência com os nossos valores.

4. A senhora costuma falar muito em gestão pública com propósito. O que isso significa na prática?

RENATA ABREU: Significa governar com método, valores e foco em resultados. O Brasil gasta muito mal. Temos um Estado grande em custo, mas muitas vezes pequeno em entrega. Gestão pública com propósito é enfrentar esse problema de frente.

Política à serviço do país



“

A política precisa voltar a cumprir sua função essencial: servir às pessoas e reconectar o Estado à vida real do cidadão.

”

”

Na prática, isso passa por planejamento, metas claras, avaliação de políticas públicas, uso de dados, inovação e transparência. Passa também por entender que cada real gasto precisa gerar valor público.

O Jeito Podemos de Governar é exatamente isso. Ética como base, eficiência como compromisso, inovação como ferramenta e resultados como objetivo final. Sempre com o cidadão no centro das decisões.

5. Qual tem sido o papel da Fundação Podemos nesse processo de transformação da política?

RENATA ABREU: A Fundação Podemos tem um papel estratégico. O Brasil precisa urgentemente formar novas lideranças políticas. Lideranças preparadas, éticas, comprometidas e com visão de longo prazo.

Por meio da Fundação, temos investido em formação política, capacitação técnica, educação cívica e produção de conhecimento. Já são milhares de pessoas impactadas em todo o país, entre jovens, lideranças comunitárias, gestores públicos e parlamentares.

Nosso objetivo não é formar políticos profissionais, mas formar cidadãos conscientes, capazes de participar da vida pública com responsabilidade e propósito. Democracia forte se constrói com educação política de qualidade.

6. Como a senhora enxerga o futuro da política brasileira?

RENATA ABREU: Eu sou realista, mas também otimista. O Brasil enfrenta desafios enormes, sociais, econômicos e institucionais. Mas também tem uma sociedade cada vez mais atenta, conectada e exigente.

O futuro da política passa por menos personalismo e mais projeto. Menos grito e mais diálogo. Menos polarização e mais soluções.

Se conseguirmos resgatar o sentido da política como serviço público, fortalecer a gestão, formar novas lideranças e reconstruir a confiança entre Estado e sociedade, o Brasil tem tudo para avançar.

Esse é o compromisso do Podemos. Trabalhar para que a política volte a ser um instrumento legítimo de transformação, cidadania e esperança. ■



Inteligência artificial a serviço da gestão pública

Como o uso de dados e algoritmos pode aprimorar políticas públicas, tornar o gasto mais eficiente e colocar o cidadão no centro das decisões do Estado



A gestão pública enfrenta, em todo o mundo, o desafio de responder a demandas sociais cada vez mais complexas, em um contexto de restrições fiscais, expectativas crescentes dos cidadãos e necessidade de maior transparência e eficiência. Nesse cenário, a inteligência artificial (IA) surge como uma ferramenta estratégica para apoiar a formulação de propostas de políticas públicas mais eficazes, baseadas em evidências e orientadas para resultados concretos na vida do cidadão.

Mais do que uma inovação tecnológica, a IA representa uma mudança de paradigma na forma como o Estado planeja, decide, executa e avalia suas políticas.

IA COMO SUPORTE À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tradicionalmente, a elaboração de políticas públicas depende de diagnósticos fragmentados, dados defasados e processos decisórios lentos. A inteligência artificial amplia significativamente essa capacidade ao permitir o tratamento de grandes volumes de dados provenientes de múltiplas fontes: cadastros administrativos, indicadores socioeconômicos, dados territoriais, registros de serviços públicos e até manifestações dos cidadãos em canais digitais.

Com o uso de algoritmos de análise preditiva e aprendizado de máquina, gestores públicos podem identificar padrões, antecipar demandas e simular cenários. Isso possibilita a formulação de propostas mais precisas, com maior probabilidade de gerar impacto positivo e menor risco de desperdício de recursos públicos.

POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS AO CIDADÃO

Um dos maiores potenciais da IA na gestão pública está na capacidade de colocar o cidadão no centro das políticas. Ao analisar dados de uso dos serviços públicos — saúde, educação, assistência social, transporte, segurança — a IA ajuda a compreender onde estão os gargalos, quais grupos são mais vulneráveis e quais políticas produzem melhores resultados.

MELHORIA DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

A inteligência artificial também contribui diretamente para a racionalização do gasto público. Modelos analíticos permitem avaliar custo-benefício de programas, comparar alternativas de intervenção e identificar sobreposições ou ineficiências entre políticas existentes.

Com isso, propostas de melhoria da gestão pública deixam de se basear apenas em percepções políticas ou pressões circunstanciais, passando a ser fundamentadas em evidências concretas. O resultado é um uso mais responsável dos recursos públicos, com maior retorno social para o cidadão.

Essa abordagem favorece a transição de políticas genéricas para políticas personalizadas e territorializadas, respeitando as diferenças regionais e sociais. Em vez de soluções uniformes, o poder público passa a desenhar propostas mais aderentes à realidade local e às necessidades reais da população.

AValiação CONTÍNUA E APRENDIZADO INSTITUCIONAL

Outro diferencial do uso da IA na gestão pública é a possibilidade de avaliação contínua das políticas implementadas. Diferentemente dos modelos tradicionais, que avaliam programas apenas ao final de ciclos longos, a IA permite monitoramento em tempo real de indicadores de desempenho e impacto.

Esse acompanhamento permanente transforma a política pública em um processo dinâmico de aprendizado institucional. Propostas podem ser ajustadas ao longo do tempo, corrigindo rumos e ampliando resultados, sempre com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONFIANÇA

Quando bem utilizada, a inteligência artificial pode fortalecer a transparência e a participação social. Ferramentas de IA podem sistematizar contribuições de consultas públicas, audiências e canais



IA na gestão pública: eficiência centrada no cidadão



de ouvidoria, transformando a voz do cidadão em insumo qualificado para a formulação de políticas.

Além disso, ao tornar mais claros os critérios de decisão e os resultados esperados, o uso responsável da IA contribui para o aumento da confiança nas instituições públicas — um ativo essencial para a governança democrática.

DESAFIOS ÉTICOS E INSTITUCIONAIS

Apesar de seus benefícios, o uso da inteligência artificial na formulação de políticas públicas exige cuidados. Questões como proteção de dados pessoais, vieses algorítmicos, explicabilidade das decisões e capacitação dos gestores são centrais. A IA deve apoiar o processo decisório, e não substituí-lo, preservando o julgamento humano, a responsabilidade política e os valores republicanos.

A construção de marcos éticos, regras de governança e competências institucionais é condição indispensável para que a tecnologia sirva ao interesse público.

CONCLUSÃO

A inteligência artificial tem potencial para transformar profundamente a forma como o Estado concebe e aprimora suas políticas de gestão pública. Ao permitir decisões baseadas em evidências, maior foco no cidadão, melhor uso dos recursos e avaliação contínua de resultados, a IA pode se tornar uma aliada poderosa na construção de políticas públicas mais justas, eficientes e responsivas.

O verdadeiro desafio não está apenas na adoção da tecnologia, mas na capacidade do setor público de integrá-la a uma visão de gestão orientada por propósito, ética e compromisso com o bem-estar do cidadão. ■



O cidadão como centro da política pública: o futuro que já começou

Vivemos um ciclo de transformações sociais, tecnológicas e institucionais. A digitalização do Estado, a expansão das redes de informação e a exigência por transparência e eficiência estão redefinindo a relação entre governo e sociedade. Nesse contexto, o cidadão deixa de ser apenas beneficiário e passa a ocupar o centro das políticas públicas: participa, cocria e avalia.

Historicamente, o Estado operou com lógica hierárquica e burocrática, desenhando políticas “de cima para baixo”. Esse modelo garantiu impessoalidade e previsibilidade, mas tornou-se insuficiente diante de desafios complexos e de uma sociedade mais conectada e exigente. Reformas recentes avançaram na gestão por resultados, porém nem sempre incorporaram a dimensão humana e participativa. Hoje, consolida-se um novo horizonte: governar a partir das necessidades reais das pessoas e produzir valor público.

Colocar o cidadão no centro significa adotar uma gestão voltada à experiência de quem usa e vive o serviço público. Três pilares sustentam essa mudança: empatia e escuta ativa; participação e cocriação com cidadãos e organizações; e inovação digital para integrar, simplificar e personalizar serviços. Iniciativas como o Gov.br e experiências internacionais de governo digital mostram que tecnologia, quando bem aplicada, aproxima o Estado do cotidiano da população.

“ Governar com o cidadão no centro é transformar serviço público em experiência: ouvir, cocriar e prestar contas para entregar valor, confiança e dignidade no dia a dia. ”

Inovação pública não é apenas ferramenta: é método e cultura. A cocriação combina conhecimento técnico do governo com a inteligência prática da sociedade, elevando a qualidade das decisões. Consultas públicas, conselhos, laboratórios de inovação e plataformas digitais ampliam transparência, legitimidade e colaboração. Dados abertos e inteligência artificial podem fortalecer

políticas baseadas em evidências, com monitoramento mais ágil e ajustes contínuos.

Nada disso se sustenta sem ética, confiança e mudança cultural no serviço público. A credibilidade institucional depende de integridade, justiça e prestação de contas. Por isso, lideranças e equipes precisam atuar com foco no interesse coletivo, em ambiente que valorize empatia, inovação e responsabilidade.

O “futuro que já começou” não será definido apenas por sistemas digitais, mas pela qualidade da

experiência cidadã e pela ampliação de direitos, liberdades e dignidade. Governos que ouvirem, dialogarem e aprenderem com a sociedade terão mais capacidade de responder com rapidez, inclusão e legitimidade — colocando, de fato, o cidadão no centro das decisões. ■

Carla Lisboa – jornalista



Parcerias, consórcios e cooperação: a nova face da gestão pública

Como as redes intergovernamentais e os consórcios municipais fortalecem o desenvolvimento regional



■ Por Danielle Veloso

A gestão pública do século XXI está deixando para trás o modelo isolado, vertical e burocrático. A complexidade dos problemas sociais — mobilidade urbana, saneamento, saúde, meio ambiente, segurança pública — exige soluções que transcendem os limites administrativos de cada município ou estado.

É nesse cenário que emerge um novo paradigma: a gestão em rede. Ela parte do princípio de que o Estado não é uma entidade única, mas um conjunto interligado de instituições, territórios e atores sociais que precisam atuar de forma integrada e cooperativa.

Parcerias, consórcios e redes intergovernamentais tornaram-se instrumentos estratégicos de inovação e eficiência. Juntos, municípios e estados podem compartilhar recursos, planejar de forma regional e ampliar o alcance das políticas públicas.

Segundo o professor R. A. W. Rhodes (1997), o conceito de governança em rede representa uma mudança estrutural no modo de governar: “as decisões passam a ser tomadas em sistemas interdependentes, baseados na confiança e na negociação, e não apenas na autoridade hierárquica”.

No Brasil, esse movimento ganha força com o avanço dos consórcios públicos, previstos na Lei nº 11.107/2005, e com o fortalecimento dos arranjos de cooperação regional, que vêm transformando o modo como o poder público opera e entrega resultados à população.

REDES INTERGOVERNAMENTAIS: QUANDO O TERRITÓRIO SE TORNA O ELO

As redes intergovernamentais são estruturas de articulação entre governos locais, estaduais e federais, criadas para enfrentar problemas comuns de maneira integrada.

Ao contrário das relações burocráticas tradicionais, essas redes baseiam-se em colaboração, corresponsabilidade e compartilhamento de informações. Elas permitem que diferentes entes federados atuem como parceiros, e não como competidores.



O PESQUISADOR ROBERT AGRANOFF (2003) DEFINE AS REDES INTERGOVERNAMENTAIS COMO “ESTRUTURAS FLEXÍVEIS QUE PERMITEM A COORDENAÇÃO ENTRE DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNO SEM SUPRIMIR A AUTONOMIA DE CADA UM”

Na prática, as redes intergovernamentais se materializam em conselhos, comitês, fóruns regionais, planos conjuntos e plataformas digitais de cooperação. São espaços onde o planejamento ganha escala e o território torna-se o elo integrador.

O pesquisador Robert Agranoff (2003) define as redes intergovernamentais como “estruturas flexíveis que permitem a coordenação entre diferentes níveis de governo sem suprimir a autonomia de cada um”.

Esse modelo tem se mostrado especialmente eficiente em áreas como:

- **Saúde pública** — consórcios regionais de atenção básica e especializada;
- **Gestão ambiental** — pactos intermunicipais para tratamento de resíduos e preservação de bacias hidrográficas;
- **Infraestrutura e mobilidade** — planos metropolitanos compartilhados;



CASOS DE SUCESSO E IMPACTO REAL

CONSÓRCIO NORDESTE

9 estados unidos para fortalecer políticas regionais e ampliar poder de negociação em energia e saúde.

GRANDE ABC (SP)

Pioneirismo em cooperação metropolitana com foco em transporte e segurança.

CISAMUSEP (PR)

Saúde especializada e ampliação do acesso a exames na região de Maringá.

VALE DO RIBEIRA (SP)

Cooperação ambiental e economia de escala na gestão de resíduos sólidos.



- **Educação e tecnologia** — redes de formação docente e inovação digital.

Ao colocar o território no centro da política pública, as redes intergovernamentais promovem solidariedade federativa e reduzem as desigualdades regionais.

CONSÓRCIOS PÚBLICOS: UNIÃO QUE GERA RESULTADOS

Os consórcios públicos são a face mais concreta da gestão em rede no Brasil. Criados para operacionalizar serviços e projetos de forma conjunta, eles permitem que municípios pequenos e médios compartilhem custos, ampliem escala e aumentem a capacidade técnica e de investimento.

A Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005) representou um marco institucional. Ela permitiu que diferentes entes federativos — municípios, estados e, em alguns casos, até a União — se unissem formalmente para executar políticas públicas.

Atualmente, o país conta com mais de 500 consórcios intermunicipais atuando em áreas diversas. Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2024), cerca de 70% dos municípios brasileiros participam de algum tipo de consórcio.

Entre os exemplos de destaque estão:

- **Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (SP)** — pioneiro na cooperação metropolitana e referência em políticas ambientais, de segurança e transporte;
- **Consórcio Nordeste** — formado por nove estados, busca fortalecer políticas regionais e ampliar o poder de negociação conjunta em áreas como saúde, energia e inovação;
- **CISAMUSEP (PR)** — consórcio intermunicipal de saúde que ampliou o acesso a exames e procedimentos especializados na região de Maringá;
- **Consórcio Público Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos do Vale do Ribeira (SP)** — exemplo de cooperação ambiental e economia de escala.

Os resultados são expressivos: redução de custos, melhoria de indicadores e fortalecimento das capacidades técnicas locais. Mais que uma solução administrativa, os consórcios tornaram-se expressão da maturidade do federalismo cooperativo.

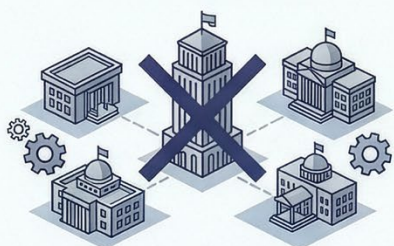
A COOPERAÇÃO COMO CULTURA E COMO MÉTODO

A gestão em rede só se torna efetiva quando a cooperação é internalizada como valor institucional. Isso significa que os governos precisam desenvolver uma nova cultura organizacional, baseada

Gestão em rede: o futuro da administração pública brasileira

A complexidade dos problemas sociais modernos exige que o Estado abandone o modelo burocrático isolado em favor da gestão em rede. Através da Lei nº 11.107/2005, consórcios e parcerias tomaram-se ferramentas essenciais para ganhar escala, reduzir custos e promover o desenvolvimento regional integrado.

DO ISOLAMENTO...



Novo Paradigma: Gestão em Rede

Transição do modelo vertical e isolado para sistemas interdependentes baseados na confiança e negociação.

Redes Intergovernamentais

Estruturas flexíveis que coordenam diferentes níveis de governo sem suprimir a autonomia local.



O Território como Elo Integrador

O foco deixa de ser apenas o limite administrativo para ser o território e seus problemas comuns.



... À COOPERAÇÃO



CONSÓRCIOS PÚBLICOS E RESULTADOS

70% dos municípios brasileiros participam

A grande maioria das cidades já utiliza consórcios para operacionalizar serviços e projetos conjuntos.



Ganhos de Escala e Eficiência

Permite que municípios pequenos compartilhem custos, aumentem a capacidade técnica e o poder de negociação.

Referências de Sucesso no Brasil

Destaques como o Consórcio Grande ABC e o Consórcio Nordeste em áreas de saúde e infraestrutura.



Saúde Pública

Ampliação de exames e procedimentos especializados.



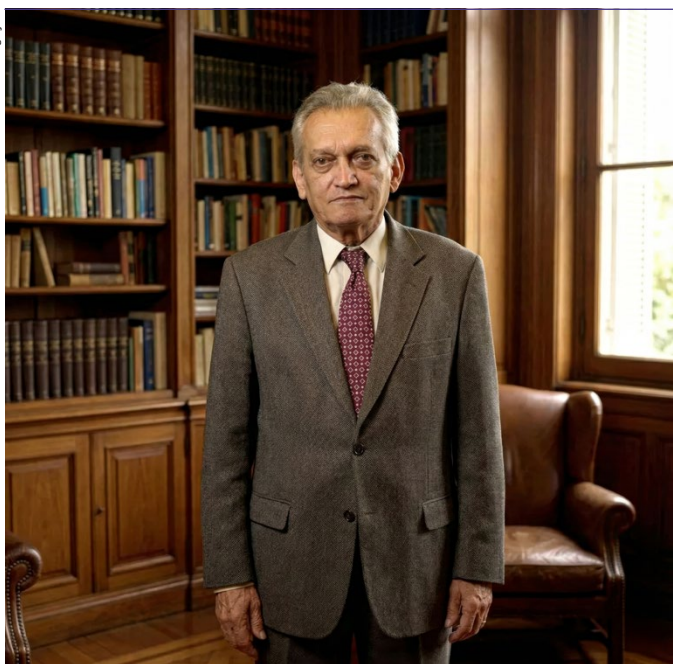
Gestão Ambiental

Soluções conjuntas para resíduos sólidos e bacias hidrográficas.



Desenvolvimento

Fortalecimento de cadeias produtivas e economia verde.



O ECONOMISTA CELSO FURTADO (2002) JÁ ALERTAVA QUE O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO É, EM GRANDE PARTE, RESULTADO DA DESARTICULAÇÃO REGIONAL

na confiança, na transparência e no compartilhamento de responsabilidades.

O professor Bo Rothstein (2011), em seus estudos sobre qualidade de governo, afirma que “as instituições públicas só alcançam alto desempenho quando seus atores confiam uns nos outros e reconhecem a legitimidade mútua de suas ações”.

No Brasil, essa confiança ainda enfrenta barreiras históricas. A cultura política centralizadora e a fragmentação administrativa dificultam o trabalho conjunto. Entretanto, experiências regionais mostram que é possível superar esses obstáculos.

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Lagos (RJ), por exemplo, conseguiu integrar oito municípios em projetos de saneamento e gestão costeira, com resultados que nenhum deles teria isoladamente.

Essas experiências demonstram que a cooperação é tanto uma prática quanto uma aprendizagem.

Exige diálogo político, capacidade técnica e visão estratégica — mas, acima de tudo, exige vontade de agir coletivamente.

A cooperação não elimina a autonomia local; ela a fortalece, ao ampliar a capacidade de cada ente federativo de participar de soluções conjuntas.

O PAPEL ESTRATÉGICO DOS ESTADOS E DAS REDES TEMÁTICAS

Os governos estaduais têm papel fundamental na consolidação da gestão em rede. São eles que podem articular políticas regionais, integrar consórcios municipais e oferecer suporte técnico e financeiro às prefeituras.

Nesse contexto, surgem as redes temáticas inter-governamentais, como as coordenadas por conselhos nacionais de secretários estaduais — CONSAD (Administração), CONSEPLAN (Planejamento), CONSED (Educação), CONSEFAZ (Fazenda) —, que promovem articulação entre estados e difundem boas práticas.

Essas redes criam espaços de governança horizontal, onde secretários e técnicos compartilham experiências, elaboram projetos conjuntos e influenciam políticas nacionais.

O fortalecimento de redes como essas permite que os estados atuem de forma cooperada com a União e os municípios, impulsionando o desenvolvimento regional.

Além disso, parcerias com universidades, bancos de desenvolvimento e organismos internacionais ampliam o alcance dessas redes, transformando-as em plataformas de conhecimento e inovação pública.

GOVERNANÇA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A gestão em rede está diretamente ligada à ideia de governança regional — um modelo de coordenação que reconhece que o desenvolvimento é territorial, e não apenas setorial.

O economista Celso Furtado (2002) já alertava que o subdesenvolvimento brasileiro é, em grande parte, resultado da desarticulação regional. O

desafio, portanto, é construir mecanismos institucionais de solidariedade federativa, capazes de integrar planejamento, investimentos e políticas públicas.

Os consórcios e redes regionais são instrumentos-chave para esse propósito. Eles permitem que municípios de uma mesma microrregião compartilhem estratégias de desenvolvimento econômico, infraestrutura, turismo e inovação.

A gestão em rede, nesse contexto, torna-se o caminho para o desenvolvimento territorial sustentável — aquele que considera as especificidades locais, respeita o meio ambiente e valoriza o capital humano.

Em regiões como o Vale do São Francisco, o Norte do Paraná e o Oeste da Bahia, os consórcios têm impulsionado cadeias produtivas e promovido inovação no agronegócio e na economia verde.

Quando governos atuam em rede, o território deixa de ser uma fronteira e se transforma em ponte.

DESAFIOS E CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO

Apesar dos avanços, a gestão em rede ainda enfrenta obstáculos importantes. Entre eles:

- Falta de marcos regulatórios claros para consórcios em algumas áreas;
- Dificuldades de financiamento e sustentabilidade administrativa;
- Resistência política à perda de protagonismo local;
- Carência de quadros técnicos especializados em governança intergovernamental.

Superar esses desafios requer apoio institucional da União, fortalecimento das escolas de governo e difusão de boas práticas regionais.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Gestão e Inovação e o Ipea têm papel estratégico na consolidação de políticas nacionais de incentivo à cooperação federativa.

Mas, mais importante do que os instrumentos legais, é a mudança de mentalidade: compreender

O FUTURO DA GESTÃO PÚBLICA É COLABORATIVO

O futuro da administração pública brasileira passa, inevitavelmente, pela colaboração. A era dos governos isolados está chegando ao fim.

As crises contemporâneas — sejam econômicas, ambientais ou sanitárias — mostraram que nenhum ente público consegue agir sozinho. A pandemia de Covid-19 foi o exemplo mais eloquente: soluções eficazes surgiram onde houve articulação entre municípios, estados e União.

Nesse sentido, a gestão em rede não é apenas uma alternativa: é uma necessidade histórica. Ela redefine o conceito de poder, substituindo a hierarquia pela cooperação e o comando pela confiança.

A inovação pública, a transformação digital e as novas demandas sociais exigem governos inteligentes e colaborativos, capazes de aprender uns com os outros e com a sociedade.

Como sintetiza Peter Senge (1990), “as organizações que aprendem são aquelas que constroem continuamente sua capacidade de criar o futuro”. A gestão pública em rede é, em essência, uma organização que aprende coletivamente.



que governar em rede não é abrir mão de poder, e sim multiplicar resultados.

CONCLUSÃO: A FORÇA DAS REDES QUE TRANSFORMAM TERRITÓRIOS

As redes intergovernamentais e os consórcios municipais representam uma das inovações institucionais mais relevantes da gestão pública contemporânea. Eles materializam a ideia de que o desenvolvimento não se faz sozinho — é fruto da colaboração, da solidariedade e da visão compartilhada de futuro.

Ao integrar territórios, unir governos e estimular parcerias, a gestão em rede fortalece a democracia e amplia a capacidade do Estado de responder aos desafios do século XXI. ■



Comunicação pública e confiança social

Vivemos uma era de paradoxos comunicacionais. Nunca a informação circulou tanto, e, ao mesmo tempo, nunca foi tão difícil confiar nas instituições. O avanço das redes sociais, a fragmentação das fontes de notícia e a polarização do debate público provocaram uma crise global de credibilidade.

No Brasil, pesquisas do Datafolha e da Edelman Trust Barometer indicam que menos de 30% dos cidadãos confiam plenamente nos governos e apenas 25% acreditam nas declarações oficiais das autoridades. O descrédito é alimentado por décadas de corrupção, ineficiência administrativa e pela falta de comunicação clara entre Estado e sociedade.

É nesse cenário que a comunicação pública assume um papel estratégico. Mais do que divulgar ações governamentais, ela se torna um instrumento de reconstrução de confiança social. Transparência, diálogo e escuta ativa passam a ser os fundamentos de uma nova forma de comunicar o poder público — uma comunicação que informa, mas também educa, aproxima e inspira.

Como afirmou Hannah Arendt (1958), “o poder nasce quando as pessoas agem juntas”. E agir junto começa por conversar junto — com empatia, abertura e respeito à inteligência do cidadão.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO E MISSÃO

A comunicação pública difere da comunicação política e da comunicação governamental tradicional. Ela não se destina a defender partidos, nem apenas a divulgar programas. Seu foco está em promover o interesse público e garantir o direito à informação.

De acordo com Elizabeth Brandão (2007), a comunicação pública é o espaço em que “governo e sociedade se encontram para dialogar sobre as questões coletivas”. Nela, o Estado deixa de falar sozinho e passa a escutar, negociar e prestar contas.

Sua missão é dupla: tornar o governo compreensível e tornar o cidadão participante. Isso implica criar canais de diálogo, simplificar a linguagem administrativa, valorizar a escuta e cultivar uma cultura institucional baseada na confiança.

A comunicação pública é, portanto, uma política de Estado, não de governo. Ela deve atravessar gestões, sustentar valores republicanos e ser regida por princípios éticos, técnicos e democráticos.

Segundo o pesquisador Wilson Gomes (2018), a comunicação pública tem como meta “fazer do cidadão um sujeito de direitos e não um espectador da política”.

TRANSPARÊNCIA E DIÁLOGO: OS PILARES DA CONFIANÇA

A confiança social é o capital mais precioso de qualquer governo. Sem ela, políticas públicas perdem legitimidade e a própria democracia enfraquece. E a confiança não se impõe: constrói-se pela transparência e pelo diálogo.

A transparência ativa, prevista na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é mais do que uma obrigação legal — é uma virtude democrática. Quando o cidadão tem acesso fácil e compreensível aos dados públicos, sente-se respeitado e incluído no processo de governança.

Mas a transparência, sozinha, não basta. É preciso diálogo — a disposição de ouvir, explicar e construir soluções em conjunto. O diálogo é a forma mais

“A confiança pública é construída no ritmo da escuta.”

poderosa de comunicação pública porque transforma informação em relacionamento.

O filósofo Jürgen Habermas (1981) descreve a comunicação ideal como “ação comunicativa”, um processo em que o entendimento mútuo é o objetivo principal. Essa visão inspira o conceito de governo dialógico, no qual a interação entre Estado e sociedade é constante, horizontal e colaborativa.

Em tempos de desinformação e discursos de ódio, o diálogo transparente é um antídoto contra a polarização. Ele humaniza o poder público e devolve à política seu valor mais nobre: o de construir consensos e promover o bem comum.

O PAPEL DOS GOVERNOS LOCAIS: PROXIMIDADE QUE GERA CONFIANÇA

Nos governos locais — prefeituras, câmaras municipais e administrações regionais — a comunicação pública ganha uma força especial. É no território, no contato direto com o cidadão, que a confiança se consolida ou se perde.

O município é o primeiro espaço de cidadania concreta. É onde o cidadão experimenta o governo no seu cotidiano: na escola do bairro, no posto de saúde, na coleta de lixo, no transporte público. Por isso, a comunicação local tem um poder simbólico e emocional muito maior.

Experiências bem-sucedidas em várias cidades brasileiras e estrangeiras mostram que governos locais que comunicam com empatia e abertura tendem a ter maior aprovação e engajamento social.

Cidades como Niterói (RJ), Fortaleza (CE), Curitiba (PR) e Recife (PE) vêm investindo em estratégias de comunicação integrada, com linguagem acessível, plataformas digitais de atendimento e participação popular online.

A transparência municipal, aliada à escuta comunitária, fortalece o sentimento de pertencimento. Quando o cidadão percebe que sua opinião é considerada, ele passa a se sentir parte do governo — e não apenas governado por ele.

O poder público se fortalece quando escolhe conversar em vez de convencer.

Como destaca Pierre Rosanvallon (2006), em *A Contrademocracia*, “a confiança nasce quando o cidadão pode vigiar, julgar e participar”. O poder local é o espaço ideal para essa experiência democrática.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM REDE: O CIDADÃO COMO PROTAGONISTA

A revolução digital transformou radicalmente o modo como o poder público se comunica. Hoje, cada cidadão é também um comunicador, um produtor e difusor de conteúdo. Essa descentralização impõe desafios, mas também abre oportunidades para uma comunicação pública mais participativa e horizontal.

As redes sociais se tornaram arenas políticas, onde governos, instituições e cidadãos interagem diretamente. Quando bem utilizadas, elas são poderosos instrumentos de diálogo. Quando mal utilizadas, podem se converter em espaços de manipulação e desinformação.

A nova comunicação pública precisa ser multicanal, interativa e baseada em dados, mas, acima de tudo, humanizada.

Governos locais que adotam práticas de escuta digital — como enquetes públicas, consultas on-line, transmissões ao vivo e atendimento via redes sociais — estão conseguindo reduzir o distanciamento institucional e aumentar a percepção de proximidade e credibilidade.

O modelo de comunicação “um para muitos” deu lugar ao modelo “muitos para muitos”. O cidadão passou de receptor passivo a ator do processo comunicacional.

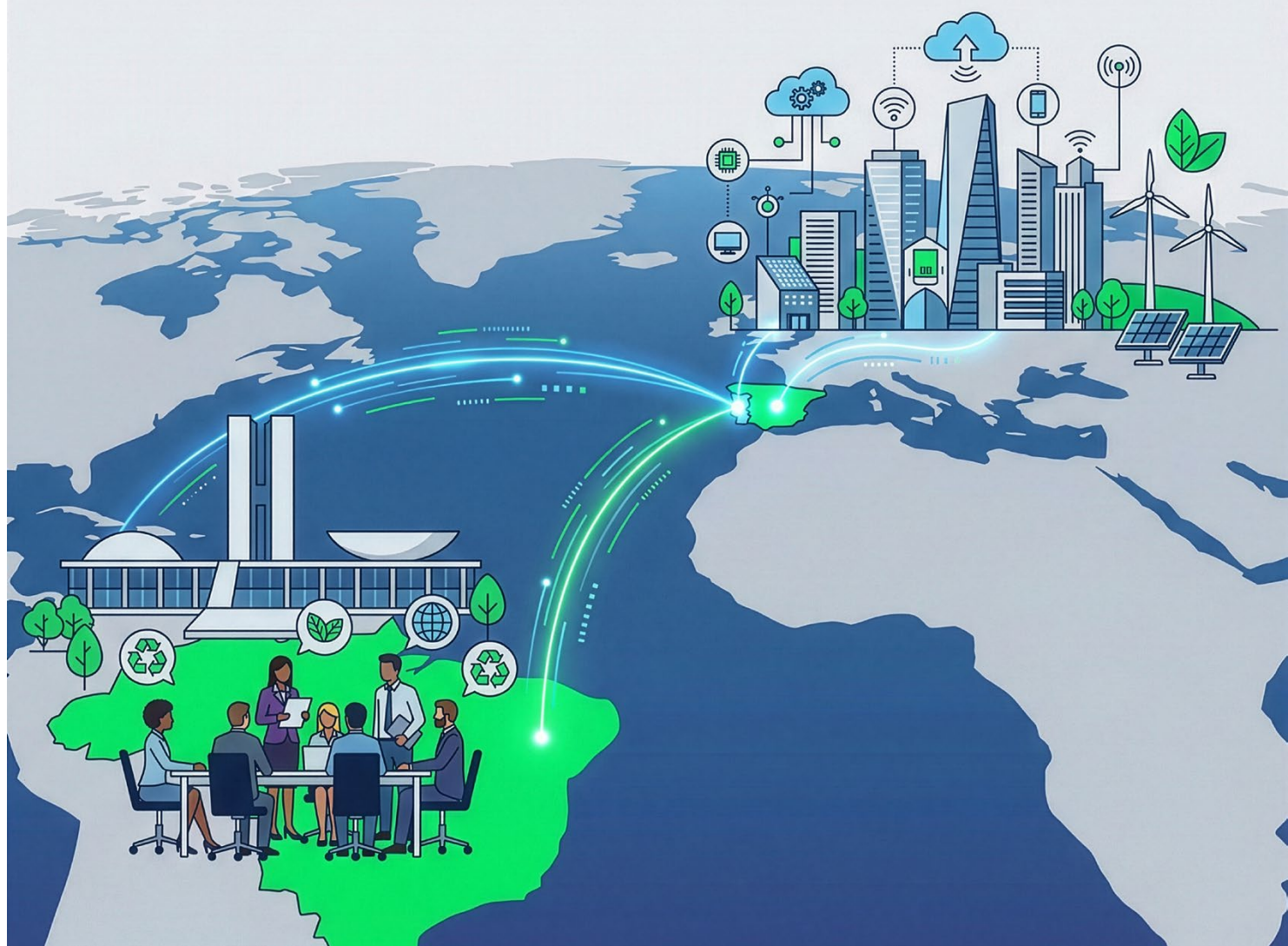
Segundo Clay Shirky (2010), “a tecnologia só é revolucionária quando as pessoas a usam para se organizar de novas maneiras”. A comunicação pública deve explorar esse potencial: criar redes colaborativas, estimular a participação cidadã e fortalecer a governança digital. ■

Guilherme Vicente – jornalista e sócio-fundador da Editora Escreva



Conexões globais para a inovação pública

A Fundação Podemos mapeia conferências internacionais estratégicas sobre cidades inteligentes, governança local e desenvolvimento sustentável. Os eventos oferecem oportunidades de intercâmbio, parceria institucional e atualização sobre tecnologias e práticas de modernização da gestão pública.



Com o objetivo de fortalecer sua atuação global e acompanhar as principais tendências em inovação pública, a Fundação Podemos realiza prospecção de eventos e parcerias com instituições internacionais. Essas ações permitem identificar oportunidades de participação em conferências estratégicas que tratam de temas diretamente ligados à modernização da administração pública, à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano.

A seguir, destacam-se três eventos internacionais de interesse — fóruns amplamente reconhecidos pela troca de experiências e pelos debates sobre políticas públicas, governança e tecnologia aplicada à gestão municipal.

SMART 2026: CIDADES INTELIGENTES E TECNOLOGIA URBANA

- **Lisboa, Portugal** — 19 a 23 de abril de 2026

Organizada pela IARIA como parte do *DataSys 2026 Congress*, a conferência SMART 2026 — *Smart Cities, Systems, Devices and Technologies* reúne pesquisadores, profissionais e gestores públicos para discutir as tecnologias emergentes que moldam as cidades conectadas.

O evento aborda tópicos como Internet das Coisas (IoT), mobilidade inteligente, eficiência energética, redes sensoriais urbanas e sistemas integrados de dados. A programação inclui tutoriais, palestras técnicas, apresentações científicas e painéis de debate com especialistas internacionais.

Relevância para a gestão pública

Os debates do SMART 2026 têm aplicação direta em políticas municipais e na integração de sistemas inteligentes à administração pública. Questões como planejamento urbano baseado em dados, sustentabilidade e eficiência dos serviços públicos estão no centro das discussões.

POR QUE PARTICIPAR

- Contato com tendências tecnológicas para cidades inteligentes.
- Intercâmbio com especialistas internacionais.
- Identificação de soluções inovadoras para políticas urbanas.
- Oportunidades de cooperação entre governo, universidades e setor privado.

ICLDPA 2026: DESENVOLVIMENTO LOCAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Barcelona, Espanha** — 11 de maio de 2026

A *International Conference on Local Development and Public Administration* (ICLDPA) é um dos principais fóruns internacionais sobre desenvolvimento local e inovação institucional. Reúne formuladores de políticas públicas, acadêmicos, gestores e profissionais de diferentes países para discutir estratégias de governança e eficiência administrativa.

As discussões incluem modelos de governança municipal, políticas de desenvolvimento sustentável, interoperabilidade digital e reformas institucionais.

Público-alvo: gestores públicos, pesquisadores, pós-graduandos, profissionais da administração e especialistas em inovação governamental.

DESTAQUES DA CONFERÊNCIA

- Governança municipal e regional em perspectiva comparada.
- Políticas de desenvolvimento sustentável.
- Reformas institucionais e inovação administrativa.
- Avaliação e métricas de políticas públicas.



ICLGCA 2026: GOVERNANÇA LOCAL E AÇÃO CLIMÁTICA

• **Barcelona, Espanha** — 11 de abril de 2026

A International Conference on Local Governance and Climate Action (ICLGCA) promove o diálogo sobre governança local e estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas. Reúne gestores, pesquisadores e especialistas para discutir sustentabilidade, planejamento territorial e políticas públicas integradas.

O principal objetivo é fortalecer a capacidade das administrações locais em lidar com os desafios climáticos, promovendo ações colaborativas entre governos, sociedade civil e instituições acadêmicas.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA: A MISSÃO ESTRATÉGICA DA FUNDAÇÃO PODEMOS

TEMAS EM DESTAQUE:

- Políticas locais de sustentabilidade.
- Integração da ação climática à gestão pública.
- Parcerias e governança colaborativa.
- Planejamento urbano e resiliência ambiental.

CONECTANDO CONHECIMENTO E PRÁTICAS

Participar de conferências como essas é uma oportunidade estratégica para ampliar o diálogo internacional, conhecer boas práticas, incorporar soluções tecnológicas e alinhar políticas públicas brasileiras às tendências globais de inovação, sustentabilidade e eficiência administrativa.

A Fundação Podemos reforça, com essas ações, sua missão de promover o desenvolvimento institucional e fortalecer a gestão pública por meio do conhecimento e da cooperação internacional. ■





fundação
juntos
podemos
politica para todos



 fundação
juntos podemos



fundação
juntos podemos

**Política para
além do óbvio**